

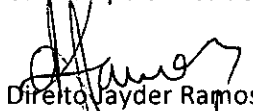



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, realizou-se a segunda reunião do Comitê Gestor Regional de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Portaria Conjunta seis, de vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, sob a Presidência do Senhor Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo, presentes os membros do comitê o Senhor Juiz de Direito Carlos Alberto Martins Filho, o Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas, a Juíza de Direito Márcia Alves Martins Lobo, indicada pela Associação dos Magistrados do Distrito Federal e dos Territórios, a Servidora Gisele Christianis Brandão Silveira e Silva, a Servidora Daniela da Silva Pontual Machado, o Servidor Paulo Sérgio Sabino de Araújo, indicado pela Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, estiveram presentes ainda, como assessores especiais, a Senhora Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica Liz Criciny Werlang Rauber, o Senhor Secretário de Recursos Humanos Charleston Reis Coutinho e a Servidora Aline Pereira Neves. O Presidente iniciou a reunião solicitando que os membros apresentassem suas propostas de iniciativas relacionadas à linha de atuação de equalização da força de trabalho, para compor o Plano de Ação do Comitê. O Juiz de Direito Carlos Alberto Martins Filho propôs a elaboração de um estudo como objetivo de realocar as funções comissionadas das áreas meio e fim-apoio judiciário para a área fim do Tribunal, permanecendo apenas as funções de chefia. Sugeriu ainda que a distribuição das funções comissionadas na área fim seja feita de forma proporcional à lotação de referência de cada unidade. Sobre o mesmo tema, o Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas propôs que um terço das funções comissionadas das áreas meio e fim-apoio judiciário sejam transferidas para a área fim do Tribunal, e que a distribuição das funções comissionadas na área fim seja feita de forma proporcional ao acervo da unidade e revisada anualmente, além disso, que exista a previsão de funções comissionadas de assessoria para os juízes substitutos. Ainda sobre realocação de funções comissionadas, a Servidora Gisele Christianis Brandão Silveira e Silva sugeriu que cada unidade da área fim receba pelo menos mais uma função comissionada, e que a realocação contemple também os cargos em comissão. Tendo em vista as propostas apresentadas, foi aprovada a iniciativa de que a Secretaria de Recursos Humanos apresente em 30 dias um estudo para análise da viabilidade de realocação das funções comissionadas das áreas meio e fim-apoio judiciário para a área fim do Tribunal, considerando todos os critérios apontados pelas sugestões e seus respectivos impactos institucionais. Posteriormente, a Servidora Daniela da Silva Pontual Machado propôs uma iniciativa de regulamentar o Teletrabalho no âmbito da 1ª Instância, que foi aprovada. O Secretário de Recursos Humanos Charleston Reis Coutinho sugeriu que a criação do Cartório do Futuro, inclusive fisicamente, seja uma proposta de iniciativa. O Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas se prontificou a elaborar a proposta de criação do Cartório do Futuro, junto com o Secretário de Recursos Humanos Charleston Reis Coutinho, e depois enviar para análise do Comitê. A Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica Liz Criciny Werlang Rauber propôs como incitativa a criação de centrais de expedição, para otimizar o trabalho cartorário, a exemplo do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Ela entrará em contato com o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul para compreender de forma detalhada o projeto implantado naquele Tribunal e depois apresentará para o Comitê. A Secretária propôs também a iniciativa de mapear os processos de trabalho da área fim, de acordo com a metodologia de mapeamento de processos utilizada pelo Serviço de Gestão de Processos de Trabalho, por meio de oficinas com magistrados e servidores. A porposta foi aprovada pelos presentes. O Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas propôs também duas iniciativas, a primeira para aumentar o





quantitativo de bacharéis em direito no TJDF e a segunda para aumentar a exigência do conhecimento jurídico nos próximos concursos para o cargo de técnico judiciário, área administrativa, sem especialidade. As propostas não foram deliberadas. O Dr. Luiz Otávio propôs também a iniciativa de instalação de todas as varas criadas por lei. A proposta foi aprovada com a ressalva de que as instalações ocorram de acordo com a necessidade da Administração, a partir de estudos realizados pela Corregedoria e pela Presidência. O Comitê entendeu ainda que essa proposta deve ser apresentada como iniciativa da linha de atuação infraestrutura e tecnologia, por se tratar de infraestrutura. Por fim, a Juíza de Direito Márcia Alves Martins Lobo, propôs uma iniciativa para a estruturação dos gabinetes dos magistrados de 1ª instância, com vistas à melhoria da qualidade do trabalho realizado nos gabinetes, que foi aprovada. Decidiu-se que os membros devem encaminhar as suas propostas à Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica Liz Criciny Werlang Rauber, que consolidará todas as propostas, e posteriormente constarão como anexo da presente ata. O Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas solicitou à Secretaria de recursos Humanos os dados referentes ao quantitativo de servidores bacharéis em direito no Tribunal. O Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas se prontificou a encaminhar seu estudo referente a força de trabalho do Tribunal para todos os membros do Comitê, com a observação que os dados podem estar desatualizados tendo em vista que já decorreu algum tempo desde a sua realização. O Presidente do Comitê ressaltou que, caso seja necessário, o Comitê pode voltar a tratar de assuntos referentes à equalização da força de trabalho. Foi decidido que na próxima reunião serão discutidas as propostas de iniciativa relacionadas à governança colaborativa e formação continuada. A Secretária do Instituto de Formação, senhora Arlete Garcia Rodrigues, será convidada para a próxima reunião para tratar sobre formação continuada. Nada mais havendo a registrar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Aline Pereira Neves, Aline Pereira Neves lavrei a presente ata, que, por ser expressão da verdade, segue assinada pelo Presidente do Comitê, pelos demais membros e assessores presentes.


Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo
Presidente


Juiz de Direito Carlos Alberto Martins Filho
Membro


Juiz de Direito Luiz Otávio Rezende de Freitas
Membro


Juíza de Direito Márcia Alves Martins Lobo
Membro


Gisele Christianis Brandão Silveira e Silva
Membro


Daniela da Silva Pontual Machado
Membro